

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL**, realizada às dezenove horas do dia nove de abril de dois mil e doze, na sede da Câmara Municipal, na Avenida Pedro de Souza Freire, cento e sete, centro, Fortaleza de Minas. Aberta a sessão foi feita a chamada de presença estando presentes todos os vereadores. Após leu-se a ata da reunião anterior, a qual após algumas ressalvas foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: Leitura do Ofício do IMPRESFORT em resposta ao requerimento nº 39/12; Leitura do Ofício do Deputado Antonio Carlos, informando liberação de recursos para mobiliário e equipamentos para a Escola E. Dr. Noraldino Lima; Leitura de Convite para participar do 64º Encontro Nacional de Presidentes de Câmaras e Vereadores em Ouro Preto no dia 21 de abril de 2012. Leitura do Convite de AMEG para participar da 139ª Assembléia Geral Ordinária no dia 14 de abril de 2012 em Ibiraci. O Presidente informou que se encontravam sobre as mesas, cópia do Parecer Técnico ao Projeto de Resolução 01/12, cópia do ofício nº 25/12 do CRAS, convite para Palestra com o professor Pachecão no dia 13 de abril no Clube Municipal e informativo do Tribunal de Contas. Não havendo mais matérias para o pequeno expediente, instalou-se o **GRANDE EXPEDIENTE**. O Presidente disse sobre matéria divulgada no jornal folha da manhã, em oito de abril, sobre a realização de várias reuniões entre o SINDISFOR e assessores do Prefeito. Disse que quanto o relato na matéria de descaso dos vereadores da base aliada ao Prefeito, por não participarem da reunião, não foi protocolado na Câmara, qualquer convite aos vereadores para participarem das reuniões. Disse que o assunto é extremamente relevante, pois trata de reajuste aos servidores e que realmente os mesmos não podem deixar de ter reajuste. E que apenas foi protocolado na Câmara, ofícios do SINDISFOR que solicitavam o espaço físico desta Casa para as reuniões, os quais foram prontamente atendidos. Em aparte a vereadora Cida Queiroz disse que viu convites nos murais dos setores para uma reunião do SINDISFOR no Clube da Terceira Idade, que como servidora não pôde participar, pois, havia reunião das Comissões na Câmara e após, reunião ordinária no mesmo horário da reunião do SINDISFOR, e que, desta última reunião ficou sabendo pelo jornal, porém seria realizada em horário de trabalho. Em outro assunto a vereadora relatou que falou com a secretária de saúde sobre a falta de materiais dos dentistas e a mesma esclareceu as dúvidas, porém ficou de enviar resposta escrita para o conhecimento de todos os vereadores, visto que o servidor se encontra de férias. Após o vereador Márcio Andrade disse sobre resposta do IMPRESFORT ao requerimento nº 39/12 que solicitava parecer técnico jurídico às emendas que estende o Auxílio Alimentação aos inativos, conselheiros tutelares e pensionistas, e que entende que a referida assessoria não entendeu o caráter do requerimento, pois na resposta disseram que é proibida a concessão de benefício pelo IMPRESFORT, o que já era sabido por todos e já comentado em reunião. Disse que está claro no requerimento que os vereadores querem saber sobre o entendimento jurídico do IMPRESFORT da possibilidade da prefeitura ceder o benefício e não do IMPRESFORT, e que o requerimento deveria ser reiterado, pois, considera nula a resposta, pois não esclareceu o que foi perguntado. Em aparte a

vereadora Cida Queiroz concordou por reiterar o requerimento e disse que oficiou o jurídico da prefeitura neste sentido, mas ainda não teve resposta. O vereador Márcio Andrade retomou informando que juntamente com o presidente Jurubel e o vereador Wilson procuraram a promotoria e questionaram o entendimento sobre a possibilidade de estender o benefício, sendo dito pelo o Promotor que os conselheiros tutelares teriam direito, pois estão na ativa, e por ser verba municipal. Que entende ser legal o pagamento aos inativos, porém sugeriu a elaboração de Lei específica e que fosse feita uma consulta ao TCE-MG. O vereador relatou que o jurídico do executivo deixou claro que entende que não seja possível. O vereador informou que oficiou também a ADPM, empresa que presta assessoria contábil ao município, solicitando parecer, e que de posse desta informação o assessor jurídico da prefeitura deu a entender que aguardaria referido parecer para melhor se posicionar. O vereador disse que conversou novamente com o Sr. Jocimar, que manteve o mesmo entendimento do ano passado, quando foi apresentada a mesma emenda, da possibilidade do Executivo conceder o benefício aos inativos e pensionistas e o que IMPRESFORT não pode fazer o pagamento. O vereador Márcio teceu alguns comentários sobre a legislação que autoriza o IMPRESFORT conceder reajuste, porém, esta legislação possibilita o reajuste apenas a alguns e outros não, o que pode ser pior. Disse que os servidores ativos merecem o reajuste salarial e o auxílio alimentação, e que os inativos não devem ser prejudicados, pois como os servidores ativos tiveram direito ao auxílio, os inativos também têm, visto que há pareceres que amparam o pagamento, e que resta aguardar o parecer da ADPM para com bom senso, resolver a questão que é totalmente possível e legal. Disse que a intenção não é a de prejudicar o prefeito, e sim ajudar de forma responsável e pediu apoio para fazerem o que for possível, visando melhorar para os inativos, e que até o governador de Minas, Aécio Neves na época, concedeu abono aos inativos. Em seguida **o vereador Márcio Andrade fez os seguintes Requerimentos:** **1** - Requer que o Executivo interceda junto a secretaria de saúde, para que seja realizado em regime de urgência, processo licitatório para realização das oitenta e cinco cirurgias eletivas, objetivando eliminar a fila de espera das mesmas. **2** - Requer informações sobre a implantação do Programa Municipal de Melhoramento Genético do Rebanho Bovino de Fortaleza de Minas, visto que existe a Lei que até o momento não foi colocada em prática. **3** – Requer informações sobre o término da obra de cobertura da Quadra de Esportes da Escola Municipal Professora Alzira Álvares; **4** - Requer informações dos motivos pelos quais as piscinas do Clube Municipal não estão em funcionamento, visto a reforma ter sido concluída; **5** - Requer informações do início das obras do novo loteamento, sugerindo a doação dos lotes próximos do PSF que já estão liberados. **6** – Requer que interceda junto a Usina Itaquara para que seja doado ou desapropriado o terreno usado como campo de futebol no Bairro Areias, para após ser construídos banheiros e vestiários no local; **7** – Requer informações sobre a instalação de câmeras de segurança para monitoramento e segurança do Município. Após o vereador Márcio leu a matéria do SINDISFOR e manifestou total apoio a causa dos servidores, relatando que já conversou com o prefeito

e foi informado que estão sendo debatidas as melhorias pra ver o que pode ser feito. Informou que também não recebeu convite para participar da reunião do Sindicato, enfatizando não ser essa a questão, esclarecendo que ele e os demais vereadores são favoráveis ao restabelecimento dessa situação. Que as negociações são entre o Sindicato e o Executivo que segundo foi informado, chegaram a um denominador ruim e que nunca chegou a Câmara, projeto que beneficiasse servidor, que o mesmo não fosse a favor, pois é função do vereador ajudar. Em aparte falou o vereador Wilson Pereira que esclareceu que não faz parte dessa base aliada citada na matéria, disse que também é servidor como os vereadores: Fernando Pereira e Cida Queiroz e que os mesmos não votam, sugerindo que a Câmara, o Sindicato e o Executivo encontrem solução, pois, os servidores estão sim com o salário defasado, porém é preciso que cheguem a um consenso e tanto ele como os demais vereadores estão a disposição. No mesmo sentido falou a vereadora Cida Queiroz e disse que embora não votem podem intermediar uma conversa, porém não entendeu a colocação da matéria de que a base aliada está conivente ao Prefeito, e que jamais foi contra matéria que beneficiasse servidor, não somente por ser servidora, mas por saber que o salário realmente está defasado e uma vez que há condição de haver reajuste e se encontrarem um denominador comum todos podem estar certo de que fará parte do assunto. O Presidente disse que todos vereadores sabem da importância desse reajuste, porém, não há em trâmite na Câmara, nenhum projeto do executivo de reajuste salarial. A vereadora Cida Queiroz e o vereador Wilson Pereira comentaram que quando da votação do Projeto de Auxílio alimentação, ambos falaram com o prefeito para que fosse aumentado o valor para cento e cinquenta reais e que foi aprovado por todos, sendo lembrado pelo vereador Wilson Pereira que a devolução feita pela Câmara no valor de duzentos e vinte seis mil reais, para o pagamento do abono. O vereador Francisco Ronivaldo disse que a falta do pagamento aos inativos é vergonhoso, pois a justificativa do Executivo é de não haver condições, porém deveriam apresentar dados concretos das reais condições para que o problema deixe de ser empurrado. Manifestou ser favorável ao reajuste devido, não achar justo prolongar dessa forma, pois como fica o servidor? Que apóia causa dos inativos que merecem, pois prestaram relevantes serviços ao município e as conselheiras tutelares da mesma forma, pois fazem um trabalho sério e de grande responsabilidade. O vereador Ricardo da Silveira também manifestou ser de acordo com o reajuste, que deveria ser pago todos os anos para não complicar como agora. Falou que as câmeras de segurança desde o ano passado foram requeridas e que até o momento nada foi feito. Sobre a construção de vestiários e banheiros no campo das areias, que deveriam dar prioridade ao campo de Fortaleza que beneficiará todos em disputa de campeonatos. Em seguida falou o vereador Fernando Pereira sobre a matéria, disse que o Prefeito nunca gostou de servidor público, pois nunca foi servidor, e que em seu mandato anterior, os servidores sofreram, porque ficaram por quatro anos sem reajuste salarial e estão sofrendo novamente, sendo um absurdo o que vem acontecendo. Disse que fala como servidor público, pois, se fosse para ficar só com o salário de servidor estaria passando muito

aperto. Falou que têm vários requerimentos que solicitam aumento salarial e aumento do percentual do auxílio alimentação e que está junto do Sindicato a todo o momento, bem como, do lado do servidor por ser servidor e também por ser representante do povo. Em seguida **fez os seguintes requerimentos: 1** – Requer que sejam colocados no ar os canais de TV, Globo e Bandeirantes que estão fora do ar há diversos dias. **2** – Requer providências para a manutenção da linha telefônica nº 192 do Hospital Municipal que há mais de cinco meses não funciona. O vereador disse que se a prefeitura não tomar providências o mesmo irá tomar, por ser esta uma linha federal. Disse que em relação ao reajuste salarial, não há mesmo na Câmara, qualquer projeto desta natureza, que não está vindo projeto nenhum e mesmo quando são aprovados, não são colocados em prática. **Após o vereador Wilson Pereira fez requerimento ao Executivo** requerendo em regime de urgência, providências para a correta manutenção do aparelho de Raio-x do Hospital Municipal, em razão de ser o mesmo essencial aos atendimentos. O Presidente informou que o aparelho está em Belo Horizonte para manutenção e o problema está em encontrar peças. O vereador Márcio Andrade complementou a sua fala inicial sobre a conversa com o Promotor, disse que após análise elaborou e encaminhou ao Prefeito sugestão de Projeto de Lei que institui gratificação pelos serviços prestados ao município de Fortaleza de Minas, aos inativos e pensionistas, para ser avaliado e alterado o que fosse necessário e que o procurador do município está avaliando-o. Em resposta a colocação do vereador Ricardo sobre a prioridade de vestiários e banheiros, disse que concorda com o vereador e que realmente precisam dar manutenção ao vestiário da cidade, mas, tem que construir no Bairro Areias também. Após o vereador Fernando Pereira comentou sobre sobra da Câmara em 2011 de cinqüenta mil reais, devolvida ao Executivo para ser usada na reforma do vestiário do campo, e ainda não houve resposta. Sendo respondido pelo vereador Wilson que hoje no campo há treinos da Escolinha do Cruzeiro com cento e dez crianças que na conversa com o promotor, o mesmo perguntou sobre as condições do vestiário. O promotor achou o projeto muito interessante e pediu agilidade na reforma do vestiário. O vereador disse que acredita que o promotor entrou em contato na prefeitura que perguntou ao vereador o que falta para complementar a Escolinha. O vereador Ricardo da Silveira disse que há fortalezenses que querem montar fábrica de sabão e não conseguem, pois todas as salas que desocupam no alojamento, a fábrica de móveis existente na cidade ocupa não sobrando espaço. O vereador pediu ao Presidente que verificasse a situação e interviesse para instalação de nova fábrica, ficando o Presidente de conversar com o Prefeito sobre o assunto. O vereador Wilson Pereira pediu ao Presidente que aproveitasse para saber do Prefeito quais os motivos da quadra do Residencial Oraida de Melo não está funcionando há quatro a cinco meses. Presente na reunião o Sr. Antonio Rivelino Barbosa, Presidente do SINDISFOR, pediu a palavra, cumprimentou a todos, agradeceu a permissão para falar, e relatou que a matéria divulgada não é um relato ou uma brincadeira do Sindicato, e que essa medida foi tomada pela situação atual, pois há aposentados que podem relatar como a situação das famílias que está difícil. Falou que o

Sindicato sabe que a Câmara não tem poder de executar, mas sabem também que existe um jogo político que a Câmara pode fazer e interceder a favor dos servidores, sem a necessidade de aguardar projeto do prefeito. Disse que a falta de reajuste já está indo para o terceiro ano. Disse que o Sindicato não está aqui para brigar por cem por cento de aumento ou quinhentos reais de auxílio alimentação, que no primeiro ano o salário foi corrigido em 5,6% e todos ficaram quietos e aceitaram. No ano seguinte, não teve nenhum aumento, apenas o auxílio alimentação no valor de setenta reais, e os servidores também acataram isso. No ano passado novamente não teve reajuste e o auxílio alimentação foi corrigido em mais oitenta reais e os servidores acataram essa questão. Disse que, porém, os cento e cinquenta reais já viraram pó, pois, o INPC que é usado na correção dos salários, é uma realidade a nível nacional e não reflete a realidade na inflação no município. Deu exemplos do aumento do preço de produtos e serviços e disse que o INPC não significa nada aqui em termos de correção, e que pela primeira vez, este ano o prefeito acatou pedido do Sindicato que requereu os dados da prefeitura, que foi analisado e comparado com os dos anos passados e que aquela tragédia que se pregou por parte da prefeitura, de que a arrecadação iria cair e iriam ocorrer demissões, não aconteceu. O Presidente do Sindicato fez ressalva aos vereadores Fernando companheiro do Sindicato e dos servidores, o vereador Wilson que tem feito proposições e o vereador Marcio que tem visto algumas questões neste sentido. Lembrou que em 2011, na presidência do vereador Wilson, houve Audiência Pública que tratou da questão do salário dos servidores, a qual gerou o Pacto por Fortaleza, sendo que infelizmente este Pacto parece ter virado uma piada, porque os documentos que precisavam receber tiveram que procurar a promotoria, pois não receberam. Relatou que a Câmara tem conhecimento dessa situação dramática das famílias dos servidores, e que é muito difícil ter uma perspectiva com a prefeitura, pois, na primeira reunião o prefeito até viu possibilidade, mas na segunda permaneceu apenas quinze minutos na sala e pediu licença para outro compromisso e falou para formarem uma comissão, pois, se o Sindicato encontrasse um jeito, a administração pagaria. Disse que os servidores precisam de mais atenção por parte do poder público, que envolve a Câmara e a Administração Municipal. O Presidente do SINDISFOR solicitou duas questões, a primeira é para que mantenha na atual presidência da Câmara, o apoio para abono de natal concedido ano passado, que a Câmara se esforçasse para mantê-lo no valor de duzentos reais, e a segunda é que fosse realizada Audiência Pública para tratar sobre o reajuste de salário dos servidores. O Presidente da Câmara solicitou a sua assessoria que providenciassem data para realização da referida Audiência que assim que for agendada será informada ao SINDISFOR e todos os interessados serão convidados para que a Audiência seja proveitosa. O Presidente da Câmara mais uma vez disse que os vereadores apóiam que os servidores tenham sim reajuste não apenas do índice utilizado pelo governo, mas o que for merecido. Não havendo mais oradores no grande expediente instalou-se a **ORDEM DO DIA**: Discussão do Projeto de Resolução nº 01/12. O vereador Márcio Andrade relatou que o promotor disse que sua

avaliação não é sobre a irregularidade da Resolução, e sim a possibilidade de alteração. Então ficou contemplado que para assumir cargo público de juiz ou promotor é necessário três anos de experiência, e que não necessariamente nesta Casa, também não pode ser três anos, esclarecendo que deve haver bom senso e disciplina para arrumar, pois o que foi feito para trás está feito e se alguém julga irregular isso será avaliado, concluindo que é de acordo que se abra oportunidades para mais pessoas. A vereadora Cida Queiroz disse que esses cargos são de livre nomeação da mesa e que não é contra, porém quando se fala que possui indicativos de inconstitucionalidade da Resolução 230, a mesma discorda, pois se a mesma fosse ilegal já teriam tomado providências, pois nem o TCE nem ninguém até hoje entrou com recurso e se o Presidente da Câmara que mudar a resolução não precisa contestar a Resolução anterior, sendo a responsabilidade toda do atual Presidente, e se na época optaram por cinco anos de experiência é porque a lei permitia. O vereador Wilson disse que apesar de ter dois pareceres, foi ao promotor, o qual disse que iria sugerir a mudança conforme o art.45 da Emenda Constitucional, pois ele achava que deveria mudar, mas que a Resolução 230 não é inconstitucional. O vereador Fernando Pereira falou sobre os pareceres técnicos. Disse que não vê porque mudar e por isso não é a favor do Projeto de Resolução. O Presidente disse que a alteração na Resolução abre leque para que mais pessoas possam usufruir do cargo. Encerradas as discussões o Projeto de Resolução nº. 01/12 foi colocado em votação, tendo votado contra o vereador Fernando Pereira da Silva e favorável os demais vereadores, sendo aprovado pela maioria. Votação dos requerimentos apresentados nesta reunião sendo todos aprovados por unanimidade. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.